

# Elementos de um programa para a revolução na América Central



Concentração em Manágua, 19 de julho de 1979

JAVIER FERNÁNDEZ e JHON VEGA

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (PRT) - COSTA RICA

Na América Central recentemente assumiram governos que se autodenominam de esquerda, como os de Ortega na Nicarágua, Funes em El Salvador ou Zelaya em Honduras. No entanto, há poucos anos foi aprovado o TLC com os Estados Unidos onde se aprofunda a exploração imperialista na região, e estes governos não apresentam nenhuma medida em seu programa para enfrentar este nefasto projeto. A trinta anos da vitória da FSLN sobre Somoza, parece-nos central discutir qual é o programa que deve ser levantado na América Central para libertar-nos do imperialismo, e sobre essa base definir qual deve ser nossa política para estes governos.

## **A balcanização da América Central é uma garantia de domínio para o imperialismo e a burguesia**

A independência centro-americana deixou intactas as estruturas sociais da colônia, por ter sido decretada pela oligarquia que mantinha relações comerciais com a coroa espanhola e depois com o imperialismo inglês.

Assim foram criadas as bases materiais para um maior controle das burguesias agroexportadoras ligadas ao imperialismo inglês, interessadas na divisão da América Central em cinco países<sup>1</sup>, devido à maior facilidade de controlar seu próprio Estado, embora estes fossem quase artificiais. Desta forma, não deviam pagar impostos adicionais para a criação de um Estado Centro-americano para garantir necessidades, como um exército federal ou uma burocracia de todo o Estado.

TRADUÇÃO  
MARCOS MARGARIDO

1 Na época citada, a América Central estava dividida em cinco países (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica). O Panamá fazia parte da Colômbia e só obteve sua independência no início do século XX.

Apesar de seus interesses divisionistas, as oligarquias tiveram de se unificar sob um exército centro-americano para expulsar da Nicarágua a invasão dos piratas estadunidenses em meados do século XIX. Esta luta demonstrou que a única forma de se conseguir uma verdadeira independência era a construção de um Estado centro-americano que enfrentasse o imperialismo, e não a divisão da América Central em cinco Estados artificiais para garantir os interesses das burguesias agroexportadoras.

A combinação entre a debilidade dos Estados e os interesses das oligarquias agroexportadoras terminou por subjugar a independência centro-americana. Um novo capítulo deste jugo começa a ser escrito com o estabelecimento do enclave bananeiro no caribe centro-americano, sob o controle da *United Fruit Company*, resultando na sujeição definitiva da região centro-americana aos interesses do imperialismo americano.

Com o estabelecimento do enclave bananeiro, nasce um novo proletário agrícola que encabeçará importantes lutas anti-imperialistas, como as greves bananeiras de 1934 na Costa Rica e 1954 em Honduras, que fizeram parte de um ascenso revolucionário iniciado com a luta de Sandino na Nicarágua e o levantamento camponês e indígena de 1932 em El Salvador, finalmente derrotado pelo golpe militar contra Jacobo Arbenz na Guatemala.

Estas lutas demonstraram que um ascenso revolucionário num dos países centro-americanos é capaz de detoná-lo em toda a região, devido aos estreitos vasos comunicantes entre as massas.

### **A derrota da revolução centro-americana**

A derrota do processo revolucionário, aberto com o triunfo sandinista sobre a ditadura de Somoza na Nicarágua em 1979, inaugurou um processo de recolonização na América Central, caracterizado por dois elementos:

- A política de reação democrática impulsionada pelo imperialismo e pela burguesia centro-americana que culmina com os Acordos de Paz.
- A política dos aparatos à cabeça do processo (a FMLN em El Salvador, a URNG na Guatemala e a FSLN na Nicarágua), que renunciaram à revolução centro-americana e à expropriação da burguesia, baseados na orientação castrista de não fazer da Nicarágua uma nova Cuba.

Os acordos de paz marcam uma virada da política imperialista para a região, fruto de sua própria fraqueza em controlar a revolução pela via armada. A esse respeito, nossa corrente assinalava, em meados dos anos oitenta, sobre a possibilidade de uma intervenção armada imperialista:

Há um acordo total no seio da burguesia imperialista americana (...) para evitar por todos os meios um novo Vietnam. Não há nenhum setor importante do imperialismo que esteja a favor de invadir já a América Central (...) e por isso todas suas alas, começando pelo próprio Reagan, estão buscando habilmente uma saída através de uma negociação para desviar a revolução e evitar seu triunfo (...) (Correo Internacional, janeiro de 1989)

Os acordos de Esquipulas II em 1987, as eleições na Nicarágua em 1990, os Acordos de Chapultepec em El Salvador em 1992 e o *Acordo pela Paz Firme e Duradoura* firmado na Guatemala em 1996, representam a forma

definitiva que o imperialismo adota para derrotar a revolução pela via da reação democrática.

O imperialismo nunca descartou a opção de intervir militarmente como antes. Ao contrário, alentou a reação interna mediante o financiamento dos “contras” na Nicarágua e o estabelecimento de militares em Honduras. A resistência das massas e a dinâmica da própria revolução obrigaram-nos à rendição pactuada como tática central, pela via da derrota eleitoral do sandinismo e do isolamento da revolução salvadorenha. A política do imperialismo foi seguida por organizações como a FSLN, que:

Em lugar de chamar seu próprio povo e todos os povos centro-americanos, da América Latina e dos EUA, a estender e desenvolver a revolução, abrindo frentes de combate ao imperialismo, chama-os a submeter-se aos planos dos governos reacionários do Grupo de Contadora, cujo postulado central é o desarmamento e a rendição negociada da guerrilha salvadorenha (Correo Internacional, agosto de 1985).

Combinam-se, assim, de um lado a pressão do imperialismo e de outro a política contrarrevolucionária adotada pelos aparatos guerrilheiros, como a FSLN, que se fundamenta nas teses defendidas em escala global pelo castrismo e o stalinismo. Estes renunciaram conscientemente a apoiar a revolução salvadorenha em curso e fizeram sua a bandeira da saída negociada.

A saída negociada esteve representada inicialmente pelas propostas do Grupo de Contadora, em torno ao qual cerraram fileiras tanto o imperialismo quanto as direções insurgentes centro-americanas, o castrismo e o stalinismo. As propostas de Contadora finalmente foram materializadas nos acordos de Esquipulas II, firmados pelos presidentes centro-americanos em 1987, que incorporavam, entre outras medidas:

- O compromisso com a reconciliação nacional, isto é, o esquecimento dos assassinatos cometidos pela burguesia e pelo imperialismo contra as massas centro-americanas.
- A anistia, que representava o perdão e a impunidade para os assassinos do povo trabalhador.
- A recusa expressa em apoiar os processos revolucionários em curso, o que significava a renúncia do apoio à luta insurgente em El Salvador pela Nicarágua, como demonstração de sua vocação “democrática” e de sua lealdade ao imperialismo.
- A realização de eleições como mecanismo para resolver as diferenças e garantir as transformações necessárias. Isto é, transformar a luta de classes em luta eleitoral nos limites do Estado burguês.
- A desmobilização das forças “irregulares” (organizações guerrilheiras) e a manutenção do exército como força repressora do Estado.

Nós, à diferença de grande parte da esquerda centro-americana, afirmávamos que estes acordos tinham um caráter reacionário e contrário às reivindicações históricas das massas centro-americanas. Até o final dos anos oitenta não existia maior contradição de fundo nas propostas de uma saída negociada, que significavam uma derrota para o conjunto das massas centro-americanas. De um lado, o imperialismo tentando esmagar a revolução, de



outro o castro-stalinismo advogando para que a América Central não fosse uma nova Cuba, isto é, que não se dessem processos revolucionários de expropriação da burguesia e expulsassem o imperialismo.

Esse processo, gestado pelo imperialismo e seguido pelas orientações táticas e estratégicas do castro-stalinismo, levou o conjunto das massas centro-americanas à derrota e à desmoralização, tendo que enfrentar uma feroz ofensiva sobre suas organizações e suas condições de vida.

### **O avanço recolonizador sobre a América Central**

Com a derrota da revolução centro-americana, o imperialismo teve plenas condições para implantar os Programas de Ajuste Estrutural (PAES). Os PAES constituíram um pacote de reformas exigidas pelo FMI aos países centro-americanos, que recebiam em troca empréstimos para “superar” a crise econômica originada pela pressão do pagamento da dívida externa.

Tais programas incorporaram medidas como: maior abertura comercial em prol das empresas imperialistas, desregulamentação do mercado financeiro, promoção da atividade exportadora mediante a concessão de isenções fiscais e financiamento pelo Estado, a “reforma” do Estado pela via das privatizações e a redução do orçamento estatal, o aumento da exploração dos trabalhadores mediante uma maior intensidade dos ritmos de produção, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização dos contratos de trabalho e a reprodução às formas organizativas dos trabalhadores. Esta política foi aplicada ao conjunto da região até final dos anos oitenta e princípio dos noventa, em diferentes ritmos em cada país, mas de forma generalizada na região.

Este processo foi caracterizado por um avanço da penetração imperialista mediante um aumento acelerado do investimento estrangeiro devido às isenções fiscais, das crescentes privatizações e de um processo de integração do mercado regional, medidas que davam condições plenas ao imperialismo e à burguesia centro-americana para explorar o conjunto da região.

Impõe-se a chamada orientação “para fora”, isto é, a sujeição da atividade comercial e financeira centro-americana aos interesses estadunidenses. Calcula-se que o investimento estrangeiro direto na América Central alcançou US\$ 391 milhões no início dos anos noventa, enquanto em 2003 representava ao redor de US\$ 2 bilhões, isto é, um aumento de cinco vezes em uma década (CEPAL). Esse investimento está concentrado na indústria - principalmente de manufaturados -, nos serviços (energia, telecomunicações, seguros), no turismo, na agricultura de exportação (abacaxi, melão), nos bancos e no setor imobiliário; provém em sua grande maioria dos Estados Unidos (70%) e se estabelece majoritariamente nas Zonas Francas (enclaves produtivos em distintas zonas do país, livres de impostos e que gozam de grandes regalias), as quais passaram de 85 empresas em 1990 a 1092 em 2001 (PNUD, 2003).

Ao lado deste crescimento do investimento imperialista, cresce a integração da burguesia centro-americana, mediante a consolidação dos principais grupos econômicos centro-americanos e sua fusão cada vez mais estreita aos interesses do imperialismo.

A derrota revolucionária e a aplicação do ajuste fornecem melhores condições para explorar o conjunto da região, tanto para o imperialismo como

para os principais setores burgueses centro-americanos. As novas condições políticas geram grandes lucros aos grupos burgueses mais importantes dedicados à acumulação regional, entre os quais se destacam: Adoc (El Salvador), Agrisal (El Salvador), Banco Agrícola (El Salvador), Banistmo (Panamá), Cabcorp (Guatemala), Cervecería Centroamericana (Guatemala), Carrion (Honduras), Corporación Supermercados Unidos (Costa Rica), Cressida (Honduras), Cuscatlán (El Salvador), Durman Esquivel (Costa Rica), Sama (Costa Rica), Motta (Panamá), Pellas (Nicarágua), Poma (El Salvador), Taca (El Salvador), Novella (Guatemala).

Todos estes grupos mantêm vasos comunicantes entre si e com as principais empresas imperialistas, alguns se converteram em sócios menores do imperialismo a partir da venda de suas empresas e das alianças “estratégicas”. Dois dos casos mais recentes foram a aquisição da *Corporación Supermercados Unidos* – principal cadeia de supermercados da Costa Rica – pela multinacional Wal-Mart; e a fusão do *Banco Cuscatlán* e do *Grupo Financiero Unonicaraguense* com o Citigroup. As declarações dos diretores do Citigroup exemplificam bem esta política regional que assinalamos: “não nos interessaria adquirir um banco em cada país. A América Central nos é atrativa pelo CAFTA, sua integração e a possibilidade de administrar a região como um bloco” (Revista *Summa*, janeiro de 2009).

Sua coordenação não se restringe apenas ao plano econômico, todas as instituições do regime em cada um dos países centro-americanos são controladas por estes grupos mediante uma estreita coordenação política. Temos por exemplo o Grupo Pellas, que financiou a campanha de Enrique Bolaños na Nicarágua em 2000 e a de Abel Pacheco na Costa Rica em 2002.

O processo de recolonização tem sua expressão mais importante no recém-aprovado TLC entre os Estados Unidos e a América Central, impulsionado a partir da derrota do ALCA. As burguesias centro-americanas assumiram sua aprovação em cada um dos países de forma unificada, empenhando todos seus esforços nessa tarefa e cerrando fileiras com o imperialismo.

O TLC foi aprovado entre dezembro de 2004 e outubro de 2005 em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, enquanto na Costa Rica foi aprovado em outubro de 2007 após um referendun nacional. O TLC incorporava o tratamento preferencial às empresas transnacionais, a privatização dos serviços públicos que ainda permaneciam nas mãos do Estado, a modificação das legislações trabalhistas para permitir uma maior exploração da força de trabalho, o endurecimento das leis de propriedade intelectual, a privatização de recursos naturais, a imposição das decisões dos tribunais de arbitragem internacional sobre a legislação nacional.

O avanço do domínio imperialista teve a oposição das massas centro-americanas, que viam suas condições de vida se deteriorarem e assim eram empurradas a superar a desmoralização e empreender novamente a luta por sua libertação.

### **A luta das massas centro-americanas contra a recolonização**

A derrota das massas resultou na redução das organizações operárias à sua mínima expressão e em alguns casos praticamente desapareceram. No

setor público, várias dirigentes sindicais foram partícipes da contrarreforma através da negociação da privatização dos serviços e das empresas estatais, desmoralizando ainda mais a classe trabalhadora. Onde os sindicatos não desapareceram, foram reduzidos a sua mínima expressão ou cooptados pelo Estado pela via da negociação.

Em alguns casos, a classe trabalhadora travou lutas importantes, mas não conseguiu reverter a derrota anterior devido à ausência de uma direção revolucionária, a confiança no Estado burguês por parte de suas direções e a ausência de lutas que superassem o sindicalismo economicista.

Com a implantação do TLC produziram-se dois efeitos contraditórios. Por um lado aprofundou-se a recolonização, a qual significou uma derrota estratégica para o conjunto das massas centro-americanas. Por outro, causou um ascenso da mobilização anti-imperialista, cuja maior expressão deu-se na Costa Rica, onde o TLC teve de ser aprovado num referendun por escassa margem de apoio, sendo esta a saída institucional da burguesia ante a crescente mobilização que o ameaçava. Nesta luta ficou evidenciado o “contágio” das massas centro-americanas pela situação revolucionária que atravessa a América Latina e os resquícios da derrota anterior, que não foi superada pela falta de uma direção revolucionária com influência de massas na região.

Junto aos crescentes lucros do imperialismo e da burguesia centro-americana aumenta a miséria das massas centro-americanas. Todos os índices econômicos mais ou menos sérios demonstram que a década de noventa resultou num aumento da pobreza, do desemprego e da precarização das condições de trabalho; alguns destes estudos indicam que:

Até 1990, 59% dos 28 milhões de centro-americanos de então encontravam-se numa situação de pobreza total, e 27,3% em pobreza extrema. (...) enquanto em 1990 havia cerca de 16,8 milhões de pessoas pobres, o número delas até 2001 aumentou para 18,8 milhões, isto é, dois milhões a mais. No caso da pobreza extrema, aumentou-se de 7,6 milhões de centro-americanos em 1990 para quase 8,5 milhões em 2001, o seja, cerca de 850 mil pessoas (PNUD, 2003).

Embora pudéssemos questionar a precisão destes dados à luz das categorias de pobreza utilizadas, eles refletem o quadro geral produzido pelo ajuste. Esses milhões de centro-americanos engrossaram a lista de imigrantes nos Estados Unidos, onde buscam uma alternativa desesperada para enfrentar a pobreza gerada pelo ajuste e o livre comércio. Calcula-se que hoje em dia vivam cerca de 4,5 milhões de centro-americanos fora de seus países, dos quais 75% vivem nos Estados Unidos. As remessas enviadas por eles representavam mais de 10% do PIB de toda a região no ano de 2006 (PNUD, 2008).

O estouro da migração na América Central está relacionado a causas estruturais não resolvidas, responsáveis pela onda revolucionária a partir dos anos setenta. Os Acordos de Paz aprofundaram essas causas e levaram à expulsão de milhões de centro-americanos que carregam em seus ombros a carga da exclusão e da miséria capitalista. Estes milhares de imigrantes centro-americanos expulsos da região estiveram à frente das mobilizações no coração do próprio imperialismo, demonstrando que suas reivindicações



históricas não foram solucionadas pelos acordos de paz e que sua vocação de luta continua viva.

### **Os governos de frente popular na América Central e sua política**

Em meio ao ascenso vivido nos últimos anos, a rejeição aos governos clássicos da oligarquia e a profunda crise de direção revolucionária fizeram com que a insatisfação das massas centro-americanas e seu giro à esquerda se expressassem pelo voto.

Este giro à esquerda foi capitalizado pelas velhas direções da FSLN e da FMLN, que ainda eram vistas pelas massas como sua direção. Desta forma se deu a eleição de governos de natureza nacionalista e de frente popular.

A vitória da FSLN em 2006 na Nicarágua e a recente vitória da FMLN inscrevem-se nesta onda frente populista. O triunfo de Mel Zelaya em Honduras também faz parte do mesmo fenômeno, embora diferente dos demais porque não se tratava de uma direção de massas.

No entanto, apesar de sua retórica e das esperanças de muitos lutadores honestos, nenhum destes governos irá realizar as tarefas democráticas e socialistas necessárias hoje para a América Central. Há setores da esquerda centro-americana que, mesmo sendo conscientes da limitação destes programas, defendem estes governos sob o argumento de que é impossível atingir estas reformas devido a causas alheias a eles, tal como se depreende das afirmações de Fernando Villalona, conhecido economista que trabalha para a equipe Maíz em El Salvador:

O governo de Mauricio Funes aplicará uma parte importante de seu programa, a que depende do Órgão Executivo. As medidas que dependem de outras instituições do Estado não poderão ser aplicadas. Mencionemos algumas:

Modificar a estrutura tributária, sobretudo aumentar a taxação da renda empresarial, elevar a base de isenção da renda salarial, aumentar as tarifas alfandegárias sobre certas importações de luxo e eliminar algumas disposições que permitem a evasão fiscal (evasão legal). A aprovação ou modificação de impostos se faz no Congresso, com um mínimo de 43 votos, que a FMLN não possui.

Revisar algumas privatizações. Nem o Órgão Legislativo nem o judiciário facilitarão esse trabalho.

Revogar a lei de anistia aprovada em 1993 pelo ex-presidente da Arena, Alfredo Cristiani. Tal lei foi aprovada para proteger membros da ARENA e das Forças Armadas apontados pela Comissão da Verdade (criada após os acordos de paz de 1992) como responsáveis por muitos crimes cometidos antes e durante a guerra.

Reverter a dolarização ou anular o TLC com os Estados Unidos, não foram apontados pela FMLN e nem poderiam ser aplicados. A primeira implica em aprovar uma lei que outorgue ao Banco Central o direito de emitir moeda nacional e que obrigue os bancos comerciais a transferir seus dólares ao Banco Central. Essa lei teria que ser aprovada pelo congresso com um mínimo de 43 votos. O TLC só pode ser anulado

ou modificado em comum acordo entre as partes que o firmaram: o governo de El Salvador e o dos Estados Unidos.

Segundo Villalona, portanto, nenhuma das principais políticas impostas pela oligarquia depois dos acordos de paz poderá ser revertida pelo governo de Funes, já que as demais instituições do regime não o permitem e então não se pode fazer nada.

Para enfrentar esta discussão devemos primeiro recordar que estas instituições foram e serão um obstáculo a qualquer programa que pretenda romper com o imperialismo, pois são frutos da Assembleia Constituinte de 1983, presidida pelo fascista D'Aybuissou em meio à guerra civil e dotada de um caráter reacionário. A primeira tarefa do governo de Funes deveria ser a luta por uma nova Assembleia Constituinte, apoiando-se nas bases da FMLN e nas organizações populares, para acabar com o regime herdado da ditadura. Mas o governo Funes prometeu governar respeitando esta reacionária constituição e os principais projetos herdados da ARENA (TLC, a lei de anistia, a dolarização, etc.).

Funes e seus defensores, como Villalona, pretendem que as massas não lutem para acabar com o TLC, para prender os genocidas ou pelo direito de sindicalização, proibido pela constituição, pois ao fazê-lo terão que se enfrentar com seu governo. Como é possível ser este um governo do povo salvadorenho se defende os principais projetos do imperialismo e da oligarquia? Os anos de acomodamento ao atual regime adaptaram o programa da FMLN às necessidades da burguesia, com a renúncia à luta anti-imperialista e à transformação social de El Salvador. Por isso este não é o governo da classe trabalhadora salvadorenha, mas o principal defensor do imperialismo em El Salvador.

O exemplo de El Salvador nos serve igualmente para explicar a política de governos como o de Zelaya em Honduras e Ortega na Nicarágua. Nenhum deles evidentemente defende a reversão do processo de privatização, o rompimento com os projetos do imperialismo e a luta pelas demandas das massas centro-americanas.

### **Nosso programa para a revolução centro-americana**

Consideramos que seja necessário um programa de rompimento com o imperialismo que realize as tarefas democráticas e socialistas para a América Central. Este programa só pode ser aplicado pelas organizações operárias e camponesas, dotadas de uma direção revolucionária que afirme sua política para o conjunto da região.

Alguns dos principais elementos deste programa devem ser:

- **A ruptura com o imperialismo**, começando pela ruptura com o TLC e os demais projetos recolonizadores (o patrulhamento conjunto e o plano Mérida, entre outros).

- **Assembleias constituintes em todos os países**, convocadas e dirigidas pelas organizações sindicais e populares, que destruam as instituições feitas sob medida para a oligarquia, a igreja, e o imperialismo, como as Forças Armadas, e dando verdadeiras garantias democráticas à classe operária para construir suas próprias organizações sindicais e políticas.



- **Uma verdadeira reforma agrária em cada país** que garanta terra para quem nela trabalha, destruindo o latifúndio e o agronegócio.
- **Expropriação sem indenização e sob controle operário** das empresas imperialistas e dos grupos econômicos pertencentes às grandes famílias burguesas e oligárquicas da região.
- **Por governos da classe operária e dos setores populares** que defendam este programa. Só as classes exploradas que sofrem cotidianamente o saque imperialista e a exploração das oligarquias locais podem lutar pelas transformações necessárias para a América Central.
- **A construção de uma República Federal Socialista Centro-americana.** As reivindicações democráticas como a independência do imperialismo, a reforma agrária e as liberdades políticas da classe operária só podem ser garantidas por uma revolução socialista que exproprie a burguesia, no conjunto da América Central, contra as políticas de balcanização do imperialismo e do socialismo em um só país do castro-stalinismo que já demonstraram as graves consequências para a classe trabalhadora centro-americana.
- **Por um partido revolucionário centro-americano** comprometido com a reconstrução da IV Internacional. A grande tarefa dos revolucionários é a construção de um partido revolucionário centro-americano que defenda as reivindicações históricas das massas da América Central.
- Este partido deve ser parte da batalha **pela reconstrução da IV Internacional**, retomando a grande tradição do internacionalismo proletário. A partir da LIT e suas seções na América Central, estamos comprometidos tanto na tarefa da construção deste partido centro-americano quanto na reconstrução da IV Internacional. Nenhuma das tarefas anteriores tem valor permanente sem esta.

